

A política econômica brasileira durante a era do GATT¹

Jacqueline A H. Haffner²
Camila Feix Vidal³

RESUMO

Com praticamente meio século de funcionamento, o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) superou o seu caráter inicialmente temporário e veio a tornar-se um dos mais importantes mecanismos de comércio internacional, originando, inclusive, a atual Organização Mundial do Comércio (OMC). Os quase cinquenta anos que separam o GATT desde a sua criação (1947) até o seu fim (1994), corresponderam a um período de grandes transformações políticas e econômicas no Brasil. As oscilações típicas desse período são resultado de constrangimentos externos e internos pelos quais o País buscava, como objetivo final, o desenvolvimento. Assim, esse trabalho tem como objetivo abordar a política econômica brasileira durante o período de vigência do GATT, bem como a atuação do país nos fóruns econômicos mundiais. Para isso, busca-se analisar os condicionantes, influências e constrangimentos sistêmicos e internos característicos de cada governo brasileiro durante esse período.

Palavras-chave: GATT, comércio internacional, economia brasileira.

ABSTRACT

Functioning for almost half a century, the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) surpassed its initial temporary status and became one of the most important international trade mechanisms, creating the present World Trade Organization (WTO). The nearly fifty years that separate GATT's creation (1947) from its end (1994), corresponded to a period characterized by important political and economic transformations in Brazil. The typical fluctuations of this period are results of internal and external constraints in which the country searched, as a final objective, is development. Therefore, this paper aims to address the Brazilian economy during the GATT era, as well as the country's position in international economic forums. In order to do this, the paper analyses the internal and systemic constraints and influences of each Brazilian government during this period.

Keywords: GATT, international trade, Brazilian economy

¹ Artigo submetido em 10/12/2012 e aprovado para publicação em 03/01/2013.

² Professora da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (E-mail: Jacqueline.haffner@ufrgs.br)

³ Bacharel em Relações Internacionais pela Florida International University. Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (E-mail: camilafeixvidal@gmail.com)

Introdução

Em um cenário internacional de profunda crise econômica, instabilidade política e protecionismo, as tradições liberais, que defendiam o comércio entre as nações, foram utilizadas por Estados Unidos e Inglaterra como possível garantia para a paz mundial no período pós 1945. É nesse contexto que o GATT é formulado, com o objetivo de facilitar e regular o comércio internacional, eliminando, assim, possíveis conflitos econômicos.

A lógica utilizada por Estados Unidos e Inglaterra ao fim da Segunda Guerra Mundial era de que o protecionismo e a exclusão comercial e política ocasionavam rivalidades e tensões entre os Estados, o que fora evidenciado nas duas grandes guerras no início do século XX. Portanto, o liberalismo econômico baseado no comércio multilateral, com as premissas de inclusão e desenvolvimento, seria uma maneira de instaurar a paz e a estabilidade internacional em um momento bastante instável para as relações internacionais.

Faz-se importante mencionar, no entanto, que o ideário inicial, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, previa uma maior atuação estatal na economia, já que, para se alcançar uma estabilidade econômica e política em países bastante afetados pela guerra, era necessário o estabelecimento de salvaguardas para evitar maiores crises ou estagnação econômica. Assim, tanto o representante dos Estados Unidos em Bretton Woods, White, como o representante inglês, Keynes, concordavam que, a curto prazo, era necessário controlar administrativamente o fluxo de capital para evitar a instabilidade do sistema recém iniciado. Ao longo do processo, no entanto, essas ideias foram sendo substituídas

pelo liberalismo clássico que defendia o contrário: o Estado mínimo.

Assim, logo após a Segunda Guerra, o mundo começa a se reorganizar: era necessário readequar o sistema monetário e financeiro internacional, promover e desenvolver o comércio, criar parâmetros em relação à nova ordem mundial e estabelecer novas relações internacionais entre os países.

Desta maneira, ao longo da década de 1940 o mundo assiste a diferentes conferências que começam a trabalhar na definição da reestruturação da economia mundial. Neste sentido, o GATT teve um papel determinante no avanço das negociações comerciais entre os países e na regulamentação de como deveriam ser realizadas as trocas internacionais.

O Brasil, durante a era do GATT, caracterizou-se por políticas econômicas que oscilavam entre o liberalismo e o protecionismo, de acordo com as limitações e propulsões do setor interno e externo. Ao contrário do que se era esperado, os governos de direita mantiveram o intervencionismo estatal, inclusive aprofundando-o em determinadas áreas econômicas. No entanto, o cimento que uniu esses vários períodos e acabou por caracterizar o interesse nacional e a política externa brasileira durante essas décadas foi a busca pelo desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é ponderar sobre as diferentes políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro durante a criação, implementação e o funcionamento do GATT e verificar, ainda, como se deu o diálogo entre o Estado brasileiro e a nova ordem econômica reinante no mundo. Para atingir este objetivo serão apresentados os diferentes governos que teve o país entre os anos de 1946 a 1990.

1. Liberalismo econômico (Dutra 1946-1950)

Com o final da Segunda Guerra Mundial, já sob um novo governo, o Brasil deu novo rumo a sua política econômica. Com o fim do conflito, o país perdera o seu poder de barganha junto aos Estados Unidos. Concomitantemente, o liberalismo imposto pelas grandes potências da época se mostrava como uma nova concepção de ordem mundial.

Em janeiro de 1946, o General Eurico Gaspar Dutra tomava posse como o novo presidente do Brasil, dando fim ao Estado Novo. A partir de então, a própria estrutura do país passou a ser reformulada pelo novo dirigente no sentido de uma “redemocratização”, buscando o desmantelamento de tudo o que fosse identificado com a figura de Vargas. Buscava-se, ao contrário do governo anterior, políticas contrárias ao nacionalismo econômico por meio de uma economia liberal e uma política amplamente alinhada com os Estados Unidos.

De acordo com Ianni, a nova constituição de 1946 foi fortemente influenciada pelo liberalismo econômico. De fato, em nome de princípios liberais, buscou-se a eliminação do intervencionismo estatal na economia e criaram-se novas condições à entrada e saída de capital estrangeiro. “Em nome da ‘democracia representativa’, abandonaram-se as diretrizes e as práticas ligadas à política econômica de orientação nacionalista” (IANNI, 1977, p.82). Assim, o governo, ao recusar-se a seguir diretrizes ditas “nacionalistas”, acabou por reforçar a interdependência e a redefinir as condições de dependência do Brasil em um cenário antiintervencionista, amplamente liberal, e fortemente ligado aos Estados Unidos.

Além do apoio aos ideais liberais norte-americanos, criando condições para uma maior penetração econômica dos EUA, o governo de Dutra firmou uma aliança regional anticomunista⁴ e deixou-se conduzir pelas forças externas, “sem reproduzir os resultados que a margem de liberdade preservada na fase anterior alcançou” (CERVO, 1994, p.34). O Brasil esteve presente e deu apoio às reuniões de Bretton Woods que vieram a instaurar o FMI, o BIRD e, posteriormente, o GATT⁵.

A política de abertura comercial refletia a esperança do governo brasileiro de que o fluxo de saída de capitais pudesse representar entradas maiores no futuro. Essa aposta fracassou. O governo, ao liberar as importações, fez com que houvesse uma intensa procura de produtos importados, causando grande saída de capitais sem que houvesse significativas entradas⁶. O resultado foi bastante negativo, visto que as reservas cambiais acumuladas pela Nação durante a Guerra logo se esgotaram.

Segundo Furtado, o declínio do saldo da balança comercial aliado com o aumento do déficit da conta de serviço e a queda do nível das reservas provocaram um grave desajuste na balança de pagamentos já no primeiro semestre de 1947. Nessas condições, o governo decidiu manter a taxa de câmbio fixa e adotou o Sistema de Licença Prévia para aquisições do exterior, conforme uma escala de prioridade. Tinham prioridade os itens essenciais (combustíveis, produtos alimentícios básicos, cimento, papel e equipamento

⁴ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) representava um acordo militar em que os estados Latino Americanos e os Estados Unidos se comprometiam a apoiar-se mutuamente contra qualquer ameaça militar externa. (VISENTINI, 2009, p. 62-63).

⁵ O Brasil esteve representado em Bretton Woods pelo ministro da Fazenda do governo Vargas, Arthur de Souza Costa (OLIVEIRA *apud* MAZZUOLI e SILVA, 2003, p.39).

⁶ Com a liberalização comercial, aumentou-se em 115% o número de importações em 1946-47. Os produtos importados variavam desde bens de capital e insumos básicos até produtos não prioritários e supérfluos, como automóveis e perfumes (FURTADO, 1998, p. 170).

tipográfico) e os artigos de maior interesse social (remédios e utensílios agrícolas). Nota-se que esses últimos foram mantidos praticamente livres para importação. Já os bens de menor interesse, tidos como supérfluos, eram classificados com baixa prioridade, condicionando a sua importação à maior disponibilidade de reservas cambiais. O Sistema de Licença Prévia acabou por possibilitar um maior retraimento de importações no período 1947-49, estimulando então, a produção interna. No entanto, “o setor agrícola permaneceu como o principal fator gerador de divisas para a sustentação do processo de industrialização, tendo em vista a necessidade de aquisição, no exterior, de máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia”⁷ (FURTADO, 1998, p. 172).

Em uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, o governo de Dutra elaborou o Plano Salte, sendo incorporado ao orçamento federal em 1949. O plano constituía-se de um conjunto de programas econômicos e sociais distribuídos em quatro setores: saúde, alimentação, transporte e energia. A falta de uma coordenação entre os ministérios interessados fez com que o Plano não atingisse sucesso em todos os seus objetivos. Segundo Furtado, no entanto, o plano não fracassou já que importantes projetos foram executados, registrando-se em 1951 um crescimento econômico na agricultura e na indústria de transformação, maior ajuste das contas públicas, e equilíbrio nas contas externas. Em 1952, o plano foi praticamente abandonado (FURTADO, 1998).

Faz-se importante ressaltar, também, a retomada dos trabalhos de cooperação mútua das autoridades brasileiras

⁷ O desajuste na balança de pagamentos fez com que o governo solicitasse seu primeiro financiamento junto ao FMI em 1949 e, posteriormente, em 1951.

com os Estados Unidos. Em 1948, surge a Comissão Técnica Brasil - Estados Unidos (Missão Abbink), chefiada pelo americano John Abbink e pelo brasileiro Octavio Gouveia de Bulhões. Tinha por objetivo identificar os fatores que limitavam e os que estimulavam o desenvolvimento econômico do Brasil. Os ideais liberais norte-americanos prevaleceram, e a comissão defendeu a iniciativa privada contra o intervencionismo do Estado na economia. De acordo com Ianni, a Missão Abbink “destinava-se a fornecer subsídios para as políticas governamentais do Brasil e dos Estados Unidos, bem como para orientação do setor privado desses mesmos países” (IANNI, 1977, p. 98).

Em síntese, a política econômica do Governo Dutra inspirou-se no liberalismo e na empresa privada, alinhando-se e servindo aos interesses norte-americanos. A industrialização nesse período surgiu mais como consequência das políticas que foram tomadas em função da crise nas reservas do país, e não como objetivo principal do governo.

2. A busca pelo desenvolvimento nacional (Vargas 1951-1954)

O segundo governo de Vargas inverteu os rumos da política econômica de Dutra, imprimindo um caráter nacionalista às negociações internacionais, inclusive com os EUA, cujo objetivo era o desenvolvimento nacional. De certa maneira, abandonaram-se as diretrizes liberais praticadas pelo governo anterior, voltando-se ao intervencionismo estatal com a finalidade de resolver os problemas econômicos do país.

De acordo com Visentini, Vargas procurou estabelecer um relacionamento pragmático com os EUA, principalmente nos dois primeiros anos do seu segundo governo, no qual oferecia apoio aos objetivos estratégicos dos americanos em

troca de benefícios econômicos para um maior desenvolvimento industrial do país⁸ (VISENTINI, 2009).

No entanto, em 1953, a crise econômica aprofundou-se, assim como a oposição política e as dificuldades do cenário mundial. Assim, ainda segundo o autor, Vargas acabou por buscar maior autonomia na sua política externa, tendo o nacionalismo como ponto de referência tanto no discurso interno, como no externo. Em 1952, foi assinado o Decreto-lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior com o objetivo de coibir os abusos de tais remessas, além de significar uma barganha com os EUA. Ainda que o decreto não tenha sido integralmente cumprido, afetou as relações com o país norte-americano, produzindo atritos e um maior debate interno entre os “nacionalistas” e os “entreguistas” (VISENTINI, 2009).

É importante mencionar a criação da Petrobrás e da Eletrobrás como políticas nacionalistas desenvolvidas por Vargas, além da valorização dos espaços multilaterais como a ONU, a Organização dos Estados Americanos- OEA e a Cepal, em especial. Vale lembrar que a posição do Brasil na década de 1950 com relação ao GATT, assim como dos países em desenvolvimento em geral, foi de ressentimento em função dos resultados escassos para os interesses nacionais. O Acordo era visto como um fórum cujos benefícios se traduziam somente para as grandes potências, favorecendo-os em detrimento dos países mais pobres. Assim, com pouca margem de manobra no GATT, a diplomacia brasileira

⁸ Segundo Visentini, quando a ONU solicitou um pedido de envio de tropas brasileiras a Coréia, o governo brasileiro declarou: “(...) Para o envio de tropas ao exterior, o Brasil deveria estar economicamente preparado para sustentá-las, o que não acontece. Recebendo auxílio norte-americano para nossa economia, o Brasil poderia preparar seus exércitos para uma guerra defensiva ou ofensiva” (Correio do Povo, 151 *apud* VISENTINI, 2009, p.75).

concentrava seus esforços na ONU, sendo uma das responsáveis pela criação da Unctad na década seguinte.

Sentindo-se desfavorecido no GATT, o Brasil buscava soluções próprias para o seu comércio internacional. Em 1953, realiza-se uma reforma cambial com objetivo de melhoria nas exportações de produtos brasileiros garantindo, ainda, prioridade para as importações de bens essenciais.⁹ As vantagens da sobretaxa cambial, segundo Furtado, eram: encarecer o produto importado para competir com o nacional, subsidiar a importação (taxa de câmbio mais baixa) de bens de capital e insumos essenciais ao crescimento econômico, e permitir maiores recursos para o governo investir nacionalmente. Em 1954, porém, ocorreram desajustes no plano externo, visto que a despesa com importações agravou o déficit na balança de pagamentos (FURTADO, 1998).

Diante da crise econômica e política que se mostrava internamente, Vargas se suicidou, subindo ao poder Café Filho. A política econômica passou, então, a ser orientada de forma mais ortodoxa. No campo econômico, a atitude do novo governo foi de uma relação mais amistosa com os Estados Unidos, maior abertura ao capital estrangeiro e a internacionalização da economia nacional. Em 1955, a instrução 113 da Sumoc anulava os obstáculos, postos por Vargas, à evasão de capital estrangeiro, permitindo a importação de equipamentos sem cobertura cambial ou qualquer outra restrição (VISENTINI, 2009).

⁹ O "sistema de taxas múltiplas de câmbio" (Instrução 70 da Sumoc) consistia na classificação das importações em cinco categorias e no leilão das divisas disponíveis "partindo do valor da moeda a taxa oficial de câmbio, acrescida de um valor prefixado, que variava de acordo com a categoria" (FURTADO, 1998, p.178).

3. Industrialização, interdependência e o Plano de Metas (JK 1956-1960).

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado por duas realizações importantes no que diz respeito ao setor político-econômico do País: a criação do Plano de Metas e a Operação Pan-Americana (OPA). O governo baseou-se em uma relação de associação estreita ao capital estrangeiro e de alinhamento com os EUA, fazendo com que o objetivo do governo de desenvolvimento nacional fosse baseado em um “desenvolvimentismo-associado” (VISENTINI, 2009).

Segundo Visentini, a política de atração de capital estrangeiro buscava frear a queda contínua das exportações brasileiras, especialmente entre 1951-58 e o seu sucesso deveu-se tanto ao plano de política interna estabelecido na época, como pela conjuntura internacional. Conforme o autor infere:

“O sucesso logrado com a obtenção de capitais, tecnologias e instalação de empresas estrangeiras não se deveu apenas às características do modelo de desenvolvimento adotado por JK e às amplas facilidades oferecidas pela legislação brasileira, mas também à concorrência que se iniciava entre os Estados Unidos e os países europeus. Assim, a primeira grande montadora de automóveis a instalar-se no Brasil foi a Volkswagen alemã” (VISENTINI, 2009).

O Plano de Metas¹⁰ pode ser considerado o auge do período da industrialização brasileira. Apesar de trabalhar com a lógica da substituição de importações, não se constitui de um estrangulamento externo. O principal objetivo do plano era de estabelecer as bases de uma economia industrial nacional madura e forte, aprofundando o setor produtor de bens de consumo duráveis. O programa era baseado nos

¹⁰ O Plano de Metas compreendia trinta metas, agrupadas em cinco setores: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. (FURTADO, 1998, p.181).

estudos do grupo formado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES e pela Cepal, que haviam identificado a existência de demanda interna por bens de consumo duráveis. Segundo o grupo, o crescimento nesse setor estimularia o desenvolvimento de novos setores na economia, além da óbvia geração de emprego como consequência. (GREMAUD *et alli*, 2009).

Vale ressaltar que um dos alvos centrais do plano era atrair o interesse de empresários estrangeiros com o seu capital e tecnologia. Por isso era importante manter a estabilidade política e monetária, criando um clima de confiança nas instituições e no governo. Nota-se, portanto, que a substituição de importações não se caracteriza como um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentado, ao contrário, “nos termos em que se verificou a expansão e a diferenciação interna da estrutura industrial no Brasil, ampliaram e aprofundaram-se as relações e estruturas de dependência” (IANNI, 1977).

O plano tinha três pontos principais: 1) investimentos estatais em infra-estrutura (especialmente os setores de transporte e energia elétrica); 2) estímulo ao aumento da produção de bens intermediários (como o aço, carvão, etc.); 3) incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital (GREMAUD *et alli* 2009).

O cumprimento das metas estabelecidas foi satisfatório e, por vezes, até mesmo superado. Houve, portanto, um rápido crescimento econômico no período, com profundas mudanças estruturais: a rápida industrialização que se obteve gerou um desempenho bastante ruim da agricultura no período. Conforme Gremaud, pode-se verificar o aumento das taxas de crescimento da produção industrial entre os anos

1955-62 nos seguintes itens: materiais de transporte (711%), materiais elétricos e de comunicações (417%), têxtil (34%) e alimentos (54%). Percebe-se, portanto, a mudança no direcionamento da produção industrial, sendo substituídos os bens de consumo leve pela produção dinâmica dos bens de consumo duráveis (GREMAUD *et alli* 2009).

Apesar dos resultados bastante favoráveis, o plano gerou desequilíbrios financeiros, como o crescimento da taxa de inflação e o déficit na balança de pagamentos em função da taxa cambial subsidiada que desestimulava as exportações. Assim, o plano de metas foi suspenso ainda em sua primeira fase de implantação (FURTADO, 1998).

Faz-se importante ressaltar a criação da OPA no governo de JK, lançada em 1958 em meio à crise econômica que se mostrava. Segundo Cervo, os objetivos dessa operação eram políticos e econômicos. Buscava-se incrementar o prestígio internacional do Brasil para extrair benefícios de desenvolvimento para toda a América Latina. Assim, o apoio ao liberalismo não seria uma concessão gratuita. Essa proposta se caracterizava como uma significativa mudança na política externa: a volta à barganha pragmática de Vargas. Os Estados Unidos, como era de se esperar, não apreciaram a iniciativa. A contribuição político-econômica da OPA, no entanto, não pode ser ignorada. A iniciativa fez avançar o debate e o pensamento dos conceitos cepalinos de centro-periferia, desenvolvimento, industrialização, cooperação econômica, etc., e ainda logrou a criação de uma entidade financeira continental: o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID (CERVO 1994).

Nesse contexto de maior verbalização a favor de países em desenvolvimento, se destaca a atuação brasileira

bastante presente na ONU e as críticas ao GATT. Nesse período, o País fez difíceis e longas renegociações de concessões tarifárias com todas as partes contratantes do Acordo. Segundo Almeida, sendo o Brasil um dos poucos países em desenvolvimento a fazer parte do GATT e se ressentindo dos grandes benefícios concedidos aos países “ricos”, alguns setores econômicos internos chegaram a questionar a utilidade da adesão brasileira ao órgão. Essa renúncia, no entanto, foi julgada excessiva pelo governo (ALMEIDA, 1998).

4. Crise política e econômica e a PEI (Quadros/Goulart 1961-1964)

O período de 1961 a 1964 é caracterizado por crises políticas e econômicas bastante graves, resultando em mudanças significativas nas relações internacionais do Brasil. As razões para as crises são, entre outras, o novo perfil da sociedade brasileira, as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país e a mudança no cenário mundial.

Em 1961, segundo Visentini, a população brasileira atingiu 72 milhões de habitantes, quase 20 milhões a mais que na década anterior, contribuindo para o crescimento na área urbana. Assim, os diversos segmentos populares da sociedade urbana, consolidando-se numericamente, começam a articular-se com maior força no plano político, forçando o governo a uma política de massa (VISENTINI, 2009).

No plano econômico, após um período de grande crescimento, a economia entra em uma fase de retração,¹¹ com a taxa de inflação aumentando vertiginosamente,

¹¹ A taxa de crescimento do produto real baixou de 10,3% em 1961 para 5,3% em 1962 e 1,5% no ano seguinte. A taxa anual de inflação passou a aumentar de 30,5% em 1960 para 91,9% em 1964 (FURTADO, 1998, p.187).

enquanto as taxas de crescimento econômico diminuem. Essa situação, segundo Furtado, pode ser explicada devido a vários fatores que se conjugaram. No plano interno, a substituição de produtos importados teria chegado ao seu limite, não conseguindo mais manter a taxa de crescimento do produto industrial de maneira acelerada. O aumento da taxa de inflação desestimulava a poupança e investimentos internos e a instabilidade política comprometia o fluxo de entrada de capitais estrangeiros. No plano externo, os problemas da balança de pagamentos e a dificuldade de obter empréstimos do FMI dificultaram a importação de insumos essenciais à produção industrial¹². Assim, a sociedade convivia com crescente taxa de desemprego, alta no custo de vida devido a elevada inflação e a intensificação de crises políticas, chegando à renúncia do presidente Jânio Quadros no mesmo ano de sua posse (FURTADO, 1998).

No plano externo, o conflito leste-oeste se exacerbava, chegando ao ápice durante a frustrada invasão americana da "Bay of Pigs", em Cuba. O alinhamento com os Estados Unidos não mostrou frutos econômicos e políticos, como se imaginava anteriormente. Era necessária uma nova política externa, voltada para o comércio com outros países, ainda que viesse contra os interesses norte-americanos. Nesse contexto, a política externa do governo Quadros foi vista como instrumento da política de desenvolvimento e, como tal, de extrema importância para o país.

Apesar da curta duração, o governo de Quadros decretou medidas de estabilidade econômica através de uma reforma cambial que determinava a desvalorização da

¹² Em 1961 a dívida externa chegava a 2,2 bilhões de dólares, aumentando para 3,17 milhões em três anos (FURTADO, 1998, p. 187).

moeda, a unificação da taxa de câmbio e a suspensão do subsídio à importação. O governo obteve ainda um empréstimo do FMI para financiamentos, conseguindo manter a balança de pagamentos ajustada em 1961 e 1962. A política de deflação, ao reduzir drasticamente os gastos públicos e a emissão monetária, agradou o capital internacional; o resultado interno, porém, foi o aumento do custo de vida, congelamento de preços e restrições ao crédito (VISENTINI, 2009).

A Política Externa Independente (PEI), proposta por Quadros e continuada por Goulart, foi uma das características mais marcantes desse governo. Ao encontrar os problemas econômicos deixados por JK e estando as mudanças no curso do cenário mundial mais definidas, o governo de Quadros buscou a internacionalização da política externa brasileira, redefinindo as relações hemisféricas. Segundo Visentini, essa política, apesar de mostrar certa continuidade da barganha nacionalista de Vargas e a própria busca pelo desenvolvimento nacional, ia além: “apresentava um conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional, abria perspectivas mundiais e dava à política externa um lugar de destaque na vida nacional” (VISENTINI, 2009).

A PEI pode ser sintetizada em cinco princípios: No nível econômico, um dos princípios era a ampliação do mercado externo dos produtos primários e, em menor medida, dos produtos manufaturados através da redução tarifária e da intensificação das relações comerciais com todas as nações, até mesmo as socialistas e as ditas de terceiro mundo. O segundo princípio, ainda no nível econômico, defendia a formulação de planos de desenvolvimento econômico e a

ajuda internacional para esses planos. Os três últimos princípios são políticos: enfatizava a necessidade de manutenção da paz, defendia a não intervenção e autodeterminação, e apoiava a emancipação completa dos territórios não autônomos (VISENTINI, 2009).

Assim, de modo geral, a PEI de Jânio Quadros buscava o desenvolvimento nacional com o aumento das exportações primárias aos países capitalistas e socialistas industrializados, importando suas técnicas e bens de capital, ampliando, então, as exportações industriais para o Terceiro Mundo. Destaca-se, nesse sentido, a tônica dada pelo dirigente em aumentar a exportação de “tudo”:

“De um ponto de vista econômico, a divisa do meu governo é ‘produzir tudo, porque tudo que for produzido é comercializável’. Sairemos à conquista desses mercados: em casa, na América Latina, na África, na Ásia, na Oceania” (QUADROS, 1961 *apud* VISENTINI, 2009, p.134).

Com base nessa política, bastante nacionalista e pragmática, o governo reatou relações comerciais e diplomáticas com a Rússia, a China e o Leste Europeu, assim como com países capitalistas industriais, com base na exportação de matérias-primas e artigos alimentares. Com relação à América Latina, vale ressaltar a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio- Alalc, defendendo a expansão das trocas entre os países. As medidas da Associação, porém, eram insuficientes e os mercados e produtos dos países latino-americanos signatários eram, em grande parte, concorrentes entre si. As relações com o Terceiro Mundo foram bastante modificadas em comparação com os governos anteriores. Quadros esboçava um terceiro-mundismo ativo, argumentando a importância política e econômica da África para o Brasil.

A renúncia de Quadros acabou por incitar uma crise política que se estendeu até a derrubada do seu vice, Goulart, pelos militares em 1964¹³. A PEI, nesse contexto, continuou fazendo parte dos planos do governo, porém teve de se acomodar às transformações que ocorriam tanto no quadro interno, como externo. Em meio à crise ininterrupta, o governo de Goulart não conseguiu manter uma linha consistente de política econômica. Assim, os gastos públicos e a inflação voltariam a crescer enquanto os investimentos estrangeiros diminuía continuamente.

Diante da situação, o governo lançou o Plano Trienal (1963-1965), elaborado pelo então Ministro Celso Furtado. Segundo Furtado, o plano abordava o problema do desequilíbrio regional, destacando ainda a importância das reformas agrárias, fiscal, bancária e administrativa. Estabelecia a conciliação da taxa de crescimento do PIB com a contenção da moeda. As importações seriam mantidas através do refinanciamento da dívida externa e da obtenção de recursos para investimentos públicos por "vias não-inflacionárias". O plano mantinha a política de substituição de importações, dando assim, maior ênfase aos setores siderúrgico e petrolífero. As pressões internas, no entanto, eram muitas, inviabilizando o plano desde o início (FURTADO, 1998).

No âmbito do GATT, especificamente, o Brasil, assim como os países em desenvolvimento, demonstraram insatisfação, mantendo a tônica de que o Acordo servia aos interesses das grandes potências em detrimento dos países periféricos. O comércio exterior brasileiro apresentou declínio constante no período. Em 1946, as exportações brasileiras

¹³ Após a renúncia de Jânio Quadros, Goulart tomou posse sob outro regime político- o parlamentarismo. Esse regime, no entanto, acabou sendo substituído pelo presidencialismo por conta de um plebiscito.

eram responsáveis por cerca de 3% dos mercados mundiais, caindo para 1,6% nos anos 1950 e 0,94% em meados de 1960. A insatisfação era generalizada entre os países em desenvolvimento, o que acabou precipitando a primeira conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento, para um tratamento discriminatório em favor desses países. A atuação do Brasil foi bastante firme no processo que, além da criação da Unctad (em 1964), pressionou o GATT para a inserção da Parte IV no Acordo (ALMEIDA, 1998).

5. Interdependência e modernização (Castello Branco, Costa e Silva, Médici 1964-1974).

A PEI, ao romper com os limites impostos pelos EUA na busca de parceiros externos, acabou por aprofundar a crise política interna, culminando no golpe de Estado em 1964, dando início ao período de governos militares no Brasil. Segundo Ianni, os três governos do período de 1964 a 1974 – Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici¹⁴ – adotaram diretrizes econômicas bastante parecidas. Dentre os seus principais objetivos, destacaram-se: reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular o mercado de capitais, sob controle governamental; criar condições e estímulos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais nos setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; entre outros (IANNI, 1977).

¹⁴ Governo Castello Branco (1964-1967), Governo Costa e Silva (1967-1969), Governo Garrastazu Médici (1969-1974).

Uma das primeiras ações do governo Castello Branco foi a formulação do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), com o objetivo de conter a inflação e retomar o ritmo de crescimento econômico. Para realizar esses objetivos, o governo adotou medidas de caráter monetário, como a redução do déficit orçamentário, retração do crédito e da moeda, aumento da receita tributária e contenção dos reajustes salariais. Para estimular a indústria de construção civil, foi planejado o aumento da construção de casas populares. O ponto de destaque do plano, no entanto, foi o combate à inflação. Em função dessas medidas, a inflação reduziu-se de 90% em 1964 para 20% em 1968, resultado esse que se deveu em grande parte a retração nas taxas de crescimento econômico (GREMAUD *et alli*, 2009).

No plano externo, o governo renegociou a dívida, buscou atrair capital estrangeiro e estimulou as exportações¹⁵. A receita de exportação manteve-se superior às despesas com importação, resultando em saldos positivos na balança comercial (FURTADO, 1998, p.193). A expansão e a sobrevivência das empresas estrangeiras nesse período são evidenciadas, segundo Ianni, pelas políticas de crédito do governo – válida para empresas estrangeiras, assim como para nacionais, e o crédito externo, destinado às empresas estrangeiras que operavam no Brasil, que não estavam sujeitas a limitações quantitativas (IANNI, 1977).

No contexto internacional, o Brasil manteve as críticas a favor dos países em desenvolvimento nos foros multilaterais, como a Unctad e o GATT. Segundo Bueno e Cervo, as

¹⁵ O governo de Castello Branco criou incentivos fiscais quanto às exportações: isentou o IPI dos produtos industrializados, permitiu que fosse deduzido do lucro das empresas um percentual equivalente das exportações (para fins de imposto de renda), e estimulou governos estaduais a concederem redução, ou até mesmo isenção, de tributos estaduais aos produtos exportados (FURTADO, 1998, p.192-193).

delegações brasileiras defendiam a doutrina da "segurança econômica coletiva", atribuindo à comunidade internacional a responsabilidade pelo desenvolvimento dos países periféricos. O Brasil integrou o Grupo dos 75 (mais tarde conhecido como G77), criado para coordenar as posições dos países em desenvolvimento, e apoiou órgãos regionais como a OEA e Cepal. Em 1965, o governo brasileiro negou o Acordo para o Comércio de Têxteis, negociado no GATT, visto que tal acordo prejudicava as exportações brasileiras para a Europa e Estados Unidos. Nota-se, nesse período, a intensa atuação brasileira em órgãos multilaterais, objetivando influir em decisões favoráveis ao Terceiro Mundo e de interesse do Brasil (BUENO e CERVO, 2002).

A política econômica do governo de Costa e Silva deu certa continuidade às de Castello Branco, dando ênfase à política comercial como estratégia de crescimento sustentável. Além de ampliar os incentivos existentes, criou outros, sendo a adoção do sistema de minidesvalorização da moeda um dos mais importantes¹⁶. O setor Agrícola foi incentivado diretamente com créditos subsidiados, política de preços mínimos para o produto, além de incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes. As exportações cresceram de 13,7% em 1968 para 22,8% no ano seguinte, com uma maior diversificação dos produtos brasileiros exportados (FURTADO, 1998).

Houve mudanças, no entanto, na política externa, determinando que essa seria "sensível ao fator econômico" e mobilizada com base em motivações econômicas. Assim, a nova política de Costa e Silva apresentava-se com sentido

¹⁶ A moeda brasileira era até então vinculada ao esquema de taxa fixa, como estabelecido pelo Acordo de Bretton Woods. Com essa mudança, a moeda passa a sofrer pequenos reajustes, em intervalos variáveis de tempo (FURTADO, 1998, p. 195).

realista, “isenção ideológica, sem espaço para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas” (BUENO e CERVO, 2002).

O período de 1968-1973, já englobando o governo Médici, foi considerado o “milagre econômico brasileiro”. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi lançado por Médici como uma extensão do programa anterior. Nesse contexto, houve elevada taxa de crescimento do produto real, aliada a uma moderada elevação dos índices gerais de preço. O país chegou a ocupar a 8ª posição entre as maiores economias do mundo em 1973¹⁷. Suas exportações elevaram-se em 174% de 1971 para 1974. No período, houve entrada maciça de capital estrangeiro, principalmente empréstimos e financiamentos, elevando a dívida externa do Brasil (aumento de 338% entre 1967 e 1973). Conforme Furtado, “a política de endividamento externo constituiu-se, no período, no principal fator de aceleração do crescimento econômico. A extroversão da economia, por outro lado, tornou o país mais dependente do exterior” (FURTADO 1998).

No setor externo, a autoconfiança de Médici fez com que fossem mantidas as críticas nos órgãos multilaterais, para que as distâncias Norte-Sul fossem diminuídas. Segundo Cervo e Bueno: “Se os ricos não queriam remediar o injusto *status quo* internacional auxiliando os subdesenvolvidos, que ao menos não atrapalhassem seus esforços e eliminassem os obstáculos ao desenvolvimento” (BUENO e CERVO, 2002).

¹⁷ Segundo Gremaud, as principais fontes de crescimento foram: retomada de investimento público em infraestrutura, aumento do investimento das estruturas estatais, demanda por bens duráveis, construção civil e crescimento das exportações (GREMAUD *et alii* 2009, p.385-386).

6. O pragmatismo responsável (Geisel 1974-1979)

Com a crise econômica internacional por conta da valorização do petróleo em 1973, o governo de Ernesto Geisel redefiniu a política externa do país com base no “pragmatismo responsável”. Segundo Bueno e Cervo, a diplomacia nesse período buscou a cooperação externa, expansão do comércio exterior, suprimento de matérias-primas e de insumos e acesso a tecnologias avançadas com o objetivo de dar suporte ao plano interno de auto-suficiência. O perfil desenvolvimentista sob a ótica do pragmatismo responsável atribuiu à política comercial uma ação brasileira mais incisiva, buscando o governo novas fontes de financiamento para tecnologia e infraestrutura. “O pragmatismo haveria de guiar-se pelas circunstâncias, sem admitir dicotomias e camisas-de-força. Sem opções exclusivistas pelo bilateralismo ou multilateralismo, pelo Ocidente ou Terceiro Mundo” (BUENO e CERVO, 2002).

Ainda que o Brasil tenha consolidado uma política voltada para o multilateralismo e as exportações tenham duplicado no período de 1973-1978 (FURTADO, 1998), os desequilíbrios comerciais marcaram o período Geisel. Segundo Gremaud, a balança de pagamentos apresentou déficits nas transações correntes em função não só do aumento do valor das importações de petróleo, mas também por conta dos bens de capital e insumos básicos necessários para manter o nível de produção corrente do período anterior. Para superar a dependência brasileira do exterior quanto aos insumos básicos (o desenvolvimento, segundo Geisel, só se tornaria auto-sustentado se fossem encontrados internamente insumos de que dependiam a expansão das

indústrias e da agricultura), elaborou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND (GREMAUD *et alli* 2009).

O II PND previa a retomada do processo de substituição de importações, principalmente nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos¹⁸. Previa, ainda, subsídios às exportações de produtos industrializados. Esses passaram a liderar a pauta de exportação a partir de 1978. Segundo Furtado, o programa alcançou a maior parte dos objetivos do governo: o processo de substituição possibilitou um melhor desempenho do comércio exterior, o produto real cresceu no período, e a renda per capita elevou-se. O plano, no entanto, ao manter a política de endividamento do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico, fez com que a dívida externa quadruplicasse entre 1973 e 1979 (FURTADO, 1998).

Com relação aos órgãos multilaterais, percebia-se o ceticismo da diplomacia brasileira durante esse governo. O Brasil avançava na busca de alternativas para atingir suas metas e seus objetivos no setor externo, visto que o GATT, e até certo ponto a ONU, não respondiam adequadamente as exigências brasileiras para um tratamento mais justo. Assim, o governo apresentou à comunidade internacional uma ousada proposta: o Acordo Geral. Essa proposta, exposta em 1975 e sustentada até 1976 na Unctad, no GATT e na Conferência de Cooperação Econômica Internacional, tinha como objetivo tornar operativa a doutrina brasileira da “segurança econômica coletiva”, mudando, assim “as regras arcaicas e injustas do comércio internacional prevalecentes no seio do GATT” (BUENO e CERVO 2002, p.403) Apesar de não obter o

¹⁸ Nesse sentido, o plano significou uma mudança importante nas prioridades da industrialização brasileira do período anterior: da busca pelo crescimento no setor de bens de consumo duráveis para o crescimento com base nos setores de bens de capital e insumos básicos.

êxito desejado, a proposta serviu para mostrar a posição de liderança do Brasil no GATT, refletindo os interesses dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

7. Vulnerabilidade econômica e flexibilidade de alianças (Figueiredo 1979-1985 e Sarney 1985-1990)

Segundo Bueno e Cervo, durante os dois governos da década de 1980 (João Baptista Figueiredo e José Sarney), o paradigma desenvolvimentista da política exterior evoluiu para uma fase de crise. A segunda crise de petróleo em 1979 e a crise dos juros¹⁹ no ano seguinte foram decisivas para a instabilidade da economia brasileira, caracterizada, no período, pelas elevadas taxas de inflação. A elevação dos preços deu motivo a diversas tentativas de estabilização (III PND, Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão²⁰), compreendendo o congelamento de preços, salários e câmbio, além do ajuste fiscal e contenção da expansão da moeda e do crédito. Os efeitos dos diversos planos de estabilização foram imediatos, mas não duradouros – uma vez esgotados, a inflação represada surgia em níveis mais altos que do período anterior. A principal causa do insucesso dos planos, segundo Furtado, “pode ser atribuída à falta de amplitude necessária para promover um ajuste estável e duradouro na economia” (FURTADO, 1998).

¹⁹ A política monetária de combate à inflação instaurada pelos países de moeda de maior conversibilidade, entre eles os Estados Unidos, provocou a elevação da taxa de juros do sistema financeiro internacional (FURTADO, 1998, p.208).

²⁰ O III PND foi implantado no governo de Figueiredo, dando ênfase aos setores energético, agrícola e exportador. O Plano Cruzado foi adotado por Sarney ante a ameaça de uma hiperinflação em 1986, instaurando uma nova unidade monetária – o Cruzado. O seu sucessor, Plano Bresser, previa a contenção dos gastos públicos e o congelamento de preços de alugueis e salários por 90 dias. Criava, ainda, a Unidade Referencial de Preços, correspondente a média da inflação nos três meses anteriores. O último plano de estabilização do governo Sarney, em 1988, foi o Plano Verão, acarretando, mais uma vez o congelamento dos preços, alugueis e salários, agora por um período indeterminado, além da criação do Cruzado Novo como nova moeda nacional (FURTADO, 1998 p.210-222).

O Brasil sofreu um duplo efeito por conta do aumento brutal do preço do petróleo: o protecionismo internacional, visto no aumento das tarifas, cotas e barreiras não-tarifárias erguidas pelos países desenvolvidos, reduziu a possibilidade de exportação nacional e ainda elevou a dívida externa. Aliado a esse contexto de crise internacional, somou-se o conflito armado no Atlântico Sul, em função das ilhas Malvinas (1982), provocando a "maxidesvalorização do peso argentino, desestimulando ainda mais as importações daquele país, que se constituía em um dos maiores parceiros comerciais do Brasil" (FURTADO, 1998).

Com o III PND, o governo se esforçava para uma maior promoção de exportação, enquanto restringia importações. Apesar de as exportações no período 1980-1984 superarem em 174% as do período anterior (1975-1979), a participação do país nas exportações mundiais caiu de 1,2% em 1973 para 0,7% em 1984. O protecionismo generalizado, a queda dos preços dos produtos primários e a política cambial foram os principais fatores que impediram uma maior receita de exportação no período. Concomitantemente, as importações foram oneradas com o aumento violento do petróleo no mercado mundial. As despesas com importações de óleo aumentaram 70% no período de 1979-1981, comprometendo o equilíbrio da balança comercial (FURTADO, 1998).

O aumento dos juros da dívida externa aliado ao desequilíbrio da balança comercial fez com que a dívida ascendesse de US\$49.904,2 milhões em 1979 para US\$115.096 milhões no final dos anos 1980. A administração e negociação dessa foi confiada a economistas da Fazenda e do Banco Central, sem que o Parlamento ou o Itamaraty pudessem participar. Segundo Cervo, as exigências de tratamento

contábil e liberal negociadas com o FMI foram prontamente atendidas pelo governo brasileiro. Para adaptar-se a elas, “os economistas liberais brasileiros inventaram as chamadas técnicas de rolagem, com o que agregavam ao principal da dívida novos empréstimos para saldá-las, juros flutuantes não pagos e outros atrasados” (CERVO, 1994, p.49).²¹

Nesse contexto, aumentaram-se os esforços para um maior número de exportações, diversificando-se as pautas e ampliando-se os mercados. A balança comercial gerou o terceiro maior saldo comercial do mundo (depois do Japão e Alemanha), porém, de nada serviu para o incremento de projetos nacionais, visto que o aumento das exportações foi anulado pelos encargos da dívida, desviou do mercado interno produtos necessários ao consumo, rebaixou salários para diminuir custos, e contribuiu, assim, para o agravamento da recessão. O governo acabou por decretar a moratória da dívida externa em 1987, suspensa em 1988, e outra em 1989, revogada em 1991 (CERVO, 1994).

Concomitantemente, a abertura comercial de 1988, com vistas à modernização e ampliação do setor industrial, assim como uma valorização cambial, estimularam as importações, principalmente de bens de capital, fazendo com que as despesas nesse setor aumentassem a participação no endividamento externo bruto de 31,2% ao ano para 34,5% ao ano no período de 1987-1989. Apesar da instabilidade econômica, o produto industrial brasileiro cresceu 3,2% ao ano em 1989. A inflação, no entanto, aumentou significativamente, atingindo 53,55% no mesmo

²¹ Segundo Bueno e Cervo, o crescimento da dívida externa brasileira ocorreu em duas etapas: A primeira corresponde aos anos 1974-1979, período do II PND, quando os recursos foram destinados ao desenvolvimento econômico, principalmente das empresas estatais. A segunda fase da dívida ocorreu entre 1980-1987 por conta das técnicas de rolagem. Com relação a essa última fase, Fernando Henrique Cardoso demonstrou que um quarto da dívida de 1986 referia-se às taxas de juros (BUENO e CERVO, 2002, p.436-437).

ano. A recessão dos anos 1980 foi tão forte que fez com que o período passasse a ser chamado de “década perdida” (FURTADO, 1998).

Nos órgãos multilaterais, o Brasil lidava com os efeitos do cenário internacional e da conseqüente crise interna. Na ONU, Unctad e GATT, a delegação brasileira discordava, reivindicava e sugeria mudanças no cenário internacional. Durante a Assembléia Geral da ONU em 1982, por exemplo, Figueiredo, ao abrir a sessão, criticou a estruturas do poder em detrimento dos fracos, em especial os órgãos internacionais FMI, BIRD e GATT: “A política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar” (FIGUEIREDO *apud* BUENO e CERVO, 2002, p.430). Vale mencionar que o Brasil, em 1981, foi graduado no GATT, perdendo, assim, preferências comerciais na Comunidade Européia e nos Estados Unidos.

A saída encontrada pelo Brasil foi reforçar os laços com a América Latina, utilizando-se de mecanismos de ação conjunta (destaca-se o acordo com a Argentina em 1986 que daria origem ao Mercosul posteriormente); intensificar as relações com a África; explorar novas dimensões asiáticas com parcerias com a China, Índia e Paquistão; criar novas modalidades de relações com o Oriente; preservar a cooperação com os países socialistas da Europa; e rejeitar o paternalismo com o Ocidente em favor de uma moderna e pragmática interdependência. Nesse sentido, é importante ressaltar o interesse brasileiro em criar maior intimidade com o Terceiro Mundo, buscando iniciativas regionais para obter influência nos órgãos multilaterais. Essa relação, segundo Bueno e Cervo, “situava o universalismo da diplomacia brasileira na solidariedade” (BUENO e CERVO, 2002, p.431). A

atuação do governo brasileiro baseado em alianças terceiro-mundistas se faz significativa no âmbito do GATT durante a primeira parte da sua última rodada – Uruguai (1986-1994). Assim, dadas as conjunturas internacionais desfavoráveis ao desenvolvimento econômico nacional, o Brasil passou a ver a cooperação Sul-Sul como uma maneira de ampliar seu poder de reivindicações no GATT.

No entanto, a partir da segunda parte da Rodada Uruguai, ante a criação da OMC (já na década de 1990 sob o governo de Collor de Melo), o Brasil passa a demonstrar uma postura menos crítica e agressiva, característica dos anos anteriores, concordando com políticas norte-americanas nem sempre favoráveis aos interesses brasileiros. O projeto desenvolvimentista é, também, abandonado. Cimento que uniu as oscilações políticas e econômicas de quase cinco décadas, o paradigma desenvolvimentista é substituído pelo neoliberalismo baseado no “receituário” de Washington.

CONCLUSÕES

Percebe-se, ao fim desse trabalho, que durante o período de vigência do GATT importantes mudanças políticas e econômicas ocorreram no Brasil. O país substituiu o seu centro dinâmico, antes baseado na economia agroexportadora, pela industrialização; e oscilou, politicamente, entre diferentes governos pautados no presidencialismo, no parlamentarismo, e no autoritarismo do regime militar.

O liberalismo econômico também sofreu oscilações durante todo o período observado: perseverou durante os governos de Dutra (primeira metade) e de Castello Branco, mas perdeu espaço (ao menos na prática) durante os outros governos. A ingerência estatal na economia e o relativo

protecționismo desses governos atestam que o liberalismo econômico clássico (como argumentado por Smith e Ricardo) não foi parte atuante da política econômica brasileira durante a vigência do GATT. Dois aspectos, no entanto, permaneceram os mesmos durante essas quatro décadas: a busca pelo desenvolvimento nacional e a postura reivindicatória do Brasil durante as negociações comerciais internacionais.

Buscou-se fazer, nesse trabalho, uma breve análise sobre as políticas econômicas brasileiras, especialmente no que diz respeito ao comércio internacional, adotadas durante a era do GATT. Assim, chega-se a algumas conclusões: Primeiramente, nota-se a predominância da economia como determinante da política externa brasileira. Durante os anos analisados, as relações internacionais brasileiras eram pautadas, em grande parte, pelo setor econômico, característica do paradigma desenvolvimentista, típico do período analisado. Aliado a isso, nota-se a importância da conjuntura internacional para a formulação da política econômica brasileira e, conseqüentemente, da própria política externa do Brasil. O modelo de substituição de exportação, por exemplo, foi desenvolvido, em grande parte, para sanar as dependências externas que se mostravam cada vez mais vulneráveis diante de um contexto de oscilações e de crises mundiais. Observa-se, também, que a política externa brasileira, ao ver-se excluída da cúpula das grandes potências (responsáveis pelas decisões nos maiores órgãos multilaterais, em especial no GATT), tornou-se ativa no intuito de tornar a ordem internacional mais equitativa. Apesar dos poucos resultados conseguidos no âmbito GATT, a diplomacia brasileira foi responsável por importantes feitos, como a

criação da Unctad e a inclusão da Parte IV no Acordo, resultados esses que não devem ser negligenciados.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de; AUGUSTO, Braz José de. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ALEXANDRE, Cristina Vieira. *O Poder Legislativo na Política Externa*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio. 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *O Brasil e o Multilateralismo Econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

AMORIM, Celso. *A Diplomacia Multilateral do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARRAL, Welber. *O Comércio Internacional*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007.

_____. *O Brasil e a OMC*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo; PRADO, Luiz Carlos Delorme; CANUTO, Otaviano. *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília. Disponível em < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/>>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21(1), Abril 1991 p.3-23.

BROGINI, Gilvan Damiani. *OMC e Indústria Nacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002.

CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional*. Brasília: UNB, 1994.

_____. *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2002.

_____. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHEREN, Mônica Teresa Costa Sousa; SENA JUNIOR, Roberto Di (org.) *Comércio Internacional e Desenvolvimento: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2004.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Abre-Alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

_____. *Economia Política Internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

HAFFNER, Jacqueline A. H. *CEPAL: Uma perspectiva de desenvolvimento Latino-americano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HAFFNER, Jacqueline A. H.; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *O Projeto de Inserção Internacional de Collor de Mello*. Porto Alegre: Anais CIEIA. , 2006. v.1. p.1 - 11.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KANT, Immanuel. *À Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: Teoria e Política*. São Paulo: Makron Books, 2000.

LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MAGALHÃES, Luiz Roberto Paranhos de. *Subsídios na Disciplina da Organização Mundial do Comércio – OMC*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; SILVA, Roberto Luiz. *O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O Espírito das Leis*. Brasília: UNB, 1982.

NAIM, Moises. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington? *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, 2000.

SABA, Sérgio. *Comércio Internacional e Política Externa Brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SENNES, Ricardo. *As Mudanças na Política Externa Brasileira nos anos 1980*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. *Do Otimismo Liberal a Globalização Assimétrica*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Relações Internacionais do Brasil II: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em <http://www.wto.org/>